

CÂMARA LEGISLATIVA DO DF  
Biblioteca

**DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES**

A FORÇA DO PRECEDENTE NA ELABORAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE NOVA LEGISLAÇÃO: UMA ANÁLISE DA LEI DE COTAS (Vanessa Cristina Gavião Bastos) 1055

O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA EFICIÊNCIA SOB A PERSPECTIVA DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO (Alceu Mauricio Junior) 1066

A APOSENTADORIA DE EX-MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS QUE INGRESSAM EM CARGO EFETIVO CIVIL APÓS AS EC Nº 41/2003 E 47/2005 (André Luis Nascimento Parada) 1082

OS DIREITOS SOCIAIS E A TEORIA DA JUSTIÇA DE JOHN RAWLS (Dilmanoel de Araujo Soares) 1097

IGUALDADE, NÃO DISCRIMINAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: SÃO LEGÍTIMOS OS TRATAMENTOS DIFERENCIADOS? (Fernanda Frizzo Bragato e Bianka Adamatti) 1104

**JURISPRUDÊNCIA E DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS**

FARMÁCIAS E DROGARIAS – Lei estadual – Autorização para comercialização de produtos de consumo comum e rotineiro – “Artigos de conveniência” – Alegada afronta à competência da União para legislar, por meio de normas gerais, sobre proteção e defesa à saúde – Não ocorrência – Diploma legal que aborda supletivamente o comércio local – Constitucionalidade (STF) 1117

IMUNIDADE MATERIAL – Inaplicabilidade – Deputado Federal – Suposta prática do crime de calúnia – Parlamentar que, em *blog* pessoal, acusa Delegado de Polícia da prática de infrações penais – Denúncia – Ofensas irrogadas que não guardam nexos com o exercício do mandato – Alegada ausência de dolo – Análise que demanda instrução probatória – Recebimento da inicial acusatória que se impõe (STF) 1121

DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO – Gastos com cartão corporativo do Governo Federal – Negativa de acesso aos dados de forma detalhada – Alegada classificação das informações como sigilosas – Não cabimento – Interesse público e social – Observância aos princípios da publicidade e da transparência – Inteligência do art. 5º, inc. XXXIII, da CF e da Lei nº 12.527/2011 (LAI) (STJ) 1129

GOVERNADOR DE ESTADO – Ajuizamento de ação de indenização por danos morais – Ofensas perpetradas por meio de nota subscrita e distribuída aos principais jornais do País por adversário político – Chefe do Executivo qualificado como ímprobo e criminoso, além de ser acusado de superfaturar obras públicas – Não caracterização

de simples manifestação de pensamento e do exercício do legítimo direito de crítica – Afronta à honra e à imagem – Abuso de direito – Danos extrapatrimoniais devidos (STJ) 1133

ELEIÇÕES – Presidência da República – Reprodução de fotografias oficiais em sítio eletrônico de candidata à reeleição – Alegada caracterização das condutas vedadas descritas nos incs. I, II e III do art. 73 da Lei nº 9.504/1997 – Não ocorrência – Hipótese em que as imagens são bens de uso comum – Disponibilização a todos das fotos que se encontram no site oficial da Presidência sem exigência de contraprestação, inclusive para aqueles que obtêm proveito comercial (jornais, revistas, *blogs*, etc.), reservado o crédito profissional (TSE) 1141

REUNIÃO PÚBLICA – Manifestação de pensamento – Regulamentação do direito constitucional por legislação de Estado-membro – Proibição do uso de máscaras ou qualquer outra forma de ocultar o rosto com o propósito de impedir a identificação – Conceituação de “arma” para fins do exercício do direito fundamental – Constitucionalidade – Vedação ao anonimato – Inexistência de afronta à competência privativa da União ou violação à dos Municípios para dispor sobre posturas concernentes à organização da Urbe – Alegado vício por quebra do decoro parlamentar – “Compra de votos” dos legisladores – Não comprovação (TJRJ) 1147

BEM PÚBLICO – Servidor público – Residência estabelecida em imóvel do Estado – Permissão de uso prevista em decreto – Pedido de restituição pela Administração – Ajuizamento de ação de manutenção de posse – Improcedência da demanda – Mera detenção do bem, não gerando direito de posse – Carência de legitimidade para os interditos – Inaplicabilidade do parágrafo único do art. 928 do CPC – Inteligência do art. 1.208 do CC e do art. 926 do CPC (TJSP) 1160

OSCIPI – Termo de parceria – Serviços de saúde – Município – Irregularidades – Ausência de efetividade na prestação – Terceirização indevida de mão de obra – Cobrança de taxa de administração – Incorreta demonstração das despesas com provisões – Licitação na modalidade concurso para escolha da entidade – Não publicação do aviso do edital em jornal diário de grande circulação no Estado, nos termos do art. 21, inc. III, da Lei nº 8.666/1993 – Ausência de consonância entre extratos bancários e demonstrativos de receitas e despesas – Condenação solidária da associação civil, da sua Presidente e do Prefeito – Aplicação de multa ao Alcaide – Sanção pecuniária, proporcional ao dano ao Erário, imposta individualmente ao Chefe do Executivo e à representante da organização – Expedição de declaração de inidoneidade (TCPR) 1163

**ÍNDICE 1179**